

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.717 - SP (2019/0151519-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : GUARUJÁ EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO LTDA
AGRAVANTE : ALEXANDRE PEROSA RAVAGNANI
ADVOGADOS : FERNANDO CESAR LOPES GONÇALES - SP196459
MATHEUS CAMARGO LORENA DE MELLO - SP292902
AGRAVADO : COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS
METALURGICOS DA GRANDE SAO PAULO - METALCRED
ADVOGADOS : KATIA CRISTINA CASONATO MARCELINO FERNANDES -
SP310030
JOYCE DE ALCALAI FORSTER - SP253904
ERICA VISCAINO DE OLIVEIRA - SP259108

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - PENHORA DE VEÍCULOS E DOS DIREITOS DOS QUE ESTÃO GRAVADOS COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Alegação de impenhorabilidade dos veículos - Descabimento - Admissibilidade, nesta hipótese, da incidência da constrição sobre os direitos do devedor fiduciário - Situação que não se enquadra nas hipóteses do artigo 833 inciso V do CPC - Excesso de penhora não configurado - Não conhecimento do pedido de substituição dos bens por outro indicado nos autos dos embargos.

Recurso não provido, na parle conhecida.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, apontam os agravantes violação dos artigos 805 e 833 do Código de Processo Civil. Relatam que compõe a lide no polo passivo da ação de execução de título extrajudicial, lastreada em confissão de dívida, no valor de R\$ 28.882,09 (vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e dois reais e nove centavos).

Afirmam que o Juízo executório determinou que a penhora além de outros bens, recaísse, sobre os direitos dos agravados de bens móveis alienados fiduciariamente, sem que fosse intimado o credor fiduciário.

Alegam que lhes foi negado o pleito da substituição da constrição sobre os

Superior Tribunal de Justiça

bens alienados fiduciariamente por uma correia transportadora cujo valor é superior ao valor exequendo, violando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como da menor onerosidade ao devedor.

Defendem a essencialidade dos bens penhorados na atividade empresarial dos devedores.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que este não merece provimento.

De início, assinalo que as questões referentes à substituição da penhora e da ausência de intimação do credor fiduciário para ciência da penhora, não foram debatidas na decisão recorrida, não servindo de fundamento às conclusões adotadas pelo Tribunal de origem, estando ausente o requisito indispensável do prequestionamento, exigido, inclusive, para as matérias de ordem pública. Incidem, na hipótese, as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Neste sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APONTADA OMISSÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. VERIFICADA FALTA DE APRECIÇÃO DA ALEGAÇÃO RELATIVA AO EFEITO TRANSLATIVO DO RECURSO ESPECIAL. COISA JULGADA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, na instância especial, é vedado o exame ex officio de questão não debatida na origem, ainda que se trate de matéria de ordem pública.
2. Não tendo sido discutida nas instâncias ordinárias a questão da prescrição, é inviável sua apreciação nesta instância. Incidem no caso as Súmulas 282 e 356/STF.
3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.
(EDcl no AgRg no REsp 948.003/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 3/12/2013)

Outrossim, as instâncias ordinárias, mais próximas das particularidades fáticas da causa, vislumbraram a existência de situação que permite a constrição dos direitos advindos dos contratos de financiamento gravados com alienação fiduciária. Transcrevo fragmento do acórdão recorrido (fls. 25-26, e-STJ):

Superior Tribunal de Justiça

Neste contexto, apesar de inexistir texto legal expresso a permitir a penhora de veículo que é objeto de alienação fiduciária, nada obsta que, nesta hipótese, seja feita a penhora dos direitos do devedor fiduciário, oriundos do contrato firmado com a instituição financeira.

(...)

Quanto a alegação de impenhorabilidade dos veículos os agravantes não trouxeram maiores elementos a afastar o quanto constante da r. decisão recorrida, a saber: *"Por outro lado, não há qualquer indício de impenhorabilidade dos automóveis, havendo, apenas e tão somente, a alegação de que os 11 (onze) veículos são utilizados em suas atividades empresariais, para o transporte de funcionários e clientes"*.

E ainda: *"Anotar-se que a tese sequer é plausível, pois a Executada deve se adequar para cumprir suas atividades e, ao mesmo tempo, pagar seus débitos, compatibilizando sua frota com o tamanho de suas dívidas, de modo que nada nos autos indica que a alienação de alguns ou, mesmo, de todos os veículos, será capaz de impossibilitar sua atividade"*.

Observo que a fundamentação da Corte local está em harmonia com a orientação desta Corte Superior, ademais, rever tais premissas lançadas no acórdão atacado esbarraria no óbice da Súmula nº 7, desta Corte Superior. De igual teor, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. PENHORA DE BEM IMÓVEL. POSSIBILIDADE NO CASO. MODIFICAÇÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. DIREITOS DO DEVEDOR FIDUCIANTE. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. POSSIBILIDADE DE PENHORA. 3. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. 4. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INEXISTÊNCIA. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Impossível a revisão do julgado quanto à alegação de impenhorabilidade do bem de família, se tal procedimento demanda o reexame do conjunto fático-probatório da causa. Incidência da Súmula 7 do STJ.

2. De fato, "o STJ firmou o entendimento de que o bem alienado fiduciariamente, por não integrar o patrimônio do devedor, não pode

Superior Tribunal de Justiça

ser objeto de penhora. Nada impede, contudo, que os direitos do devedor fiduciante oriundos do contrato sejam constrictos" (REsp 1.646.249/RO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 3/4/2018, DJe 24/5/2018).

3. (...)

4. (...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1370727/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 28/3/2019)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PENHORA. PESSOA JURÍDICA. BEM DISPENSÁVEL À ATIVIDADE EMPRESARIAL. SÚMULA N. 7-STJ.

1. A conclusão do Tribunal revisor - segundo a qual o bem penhorável não é indispensável para o desempenho da atividade empresarial da pessoa jurídica ré na execução - foi obtida pela análise do conteúdo fático dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos do enunciado 7 da Súmula do STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1391180/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 7/12/2015)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora